



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS**

**ANEXO VI
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**LÍNGUA PORTUGUESA
(PARA TODOS OS CARGOS)**

1. Coesão e coerência: Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
2. Conjunções: Relações semânticas estabelecidas por conjunções e locuções conjuntivas.
3. Leitura e análise de texto: Identificação de informações pontuais; Inferência do sentido de palavras a partir do contexto; Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
4. Léxico: processos de formação de palavras, formas subjacentes e derivacionais (regras de formação) das palavras; Valor semântico das palavras, seus traços e suas restrições semânticas de uso; Possibilidades de uso das palavras por meio da sua multissignificação; Palavras ou expressões que instalam pressuposições e subentendidos e suas implicações discursivas; Efeitos de sentido; Hierarquias lexicais; Campos semânticos e campos lexicais; Análise de palavras de determinada variedade ou registro presentes em um texto e seus efeitos obtidos.
5. Ortografia, segundo o Acordo Ortográfico mais recente: acentuação gráfica, emprego das letras e uso do hífen.
6. Pontuação: Emprego dos sinais de pontuação.
7. Preposições: Relações semânticas estabelecidas por preposições e locuções prepositivas; Emprego do sinal indicativo da crase.
8. Pronomes: Classificação e emprego; Colocação pronominal.
9. Redação oficial.
10. Uso da língua portuguesa padrão.
11. Verbos: formação dos tempos simples; discurso direto e indireto; emprego dos tempos; flexão de verbos irregulares; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**: com sugestões didáticas, exercícios e respostas. São Paulo: Contexto, 2012. 171 p., il.

BRASIL. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3. edição, revista, atualizada e ampliada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. (atualizado pela [Portaria nº 1.369, de 27 de dezembro de 2018](http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf)), Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>

PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever Melhor**: guia para Passar os Textos a Limpo. São Paulo: Contexto, 2013.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133 p., il.

LEGISLAÇÃO (PARA TODOS OS CARGOS)

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
2. Procedimentos e Processos Administrativos.
3. Ética no Serviço Público.
4. Normas Constitucionais sobre a Administração Pública.
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).
6. Dos Crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.
7. Regimento Geral do IFSULDEMINAS.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Da Administração Pública e dos Servidores Públicos (artigos 37 a 41).

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal: Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário pública contra a Administração em

geral (artigos 312 a 327).

IFSULDEMINAS. Regimento Geral do IFSULDEMINAS. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/27.pdf>

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (PARA TODOS OS CARGOS)

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows);
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, LibreOffice-Writer ou Google-Docs);
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS-Excel, LibreOffice-Calc ou Google-Docs);
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google-Chrome ou Mozilla-Firefox);
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS-Outlook Express, Mozilla-Thunderbird, Yahoo! Mail, Google-Gmail ou Microsoft-Hotmail);
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.), acesso a sites seguros, golpes e ataques na Internet, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Programa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1. Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Conteúdo Programático.
2. Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, CERT.br. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 7 de junho de 2019.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO – ÁREA PSIQUIATRIA

1. Entrevista psiquiátrica.
2. Avaliação da capacidade civil, perícias psiquiátricas previdenciárias/administrativas.
3. Simulação.
4. Implicações forenses dos principais transtornos mentais.
5. Avaliação e manejo do paciente com risco de suicídio.
6. Urgências psiquiátricas.
7. Epidemiologia, diagnóstico e manejo dos principais transtornos mentais: Delirium, demência e transtornos neurocognitivos; transtornos por uso de substâncias, adições e do controle do impulso; esquizofrenia e transtornos psicóticos; transtornos do humor; transtornos de ansiedade; transtornos obsessivo-compulsivos; transtornos relacionados ao trauma e estresse; transtornos dissociativos e

somáticos; transtornos do neurodesenvolvimento; transtornos alimentares; transtornos de personalidade; catatonia.

8. Abordagens psicoterápicas: psicanálise, terapia cognitivo-comportamental, psicoterapia de grupo; intervenções breves. Entrevista motivacional.

9. Eletroconvulsoterapia. rTMS.

10. Psicofarmacologia.

11. Estratégias de potencialização para transtornos resistentes ao tratamento.

12. Situações especiais: psiquiatria da infância, geriátrica, na gestação

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

FORLENZA, O.. MIGUEL, E.C..Clínica Psiquiátrica de Bolso. Barueri-SP:Manole. 2014

STAHL, S.M.. Psicofarmacologia-bases Neurocientíficas e Aplicações Práticas - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4ª edição. 2014.

TARBORDA, J.G.V.. ABDALA-FILHO, E. CHALUB, M.. Psiquiatria Forense. Porto Alegre:Artmed, 3ª edição. 2016.

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

1. Gestão da educação brasileira.

2. Organização do trabalho pedagógico

3. Políticas e ações inclusivas e de acessibilidade em Educação.

4. Avaliação educacional: aspectos macro-institucionais e da aprendizagem.

5. Educação à distância, tecnologias de informação e comunicação.

6. Educação Profissional.

7. Ensino, pesquisa e extensão nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

8. Educação Superior.

9. Instituto Federal do Sul de Minas – história e organização atual.

10. Legislação Educacional.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.800** – Dispõe sobre Universidade Aberta do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de jun. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011, republicado em 18 nov. 2011. Edição extra.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2012 e retificado em 16 out. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2017 e retificado em 30 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1 - Edição Extra.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jan. 2015. Seção 1, p. 11-12.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Seção 1, p. 70.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jun. 2017. Seção 1, p. 9.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

PIRES, L. L. de A. Educação tecnológica e formação profissional: caminhos para uma década. In: DOURADO, L, F (Org.). **Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. São Paulo: Mercado das Letras, 2017. p. 199-216. (As dimensões da formação humana).

DOURADO, L, F. PNE 2014/2024: avaliações e perspectivas de um plano de Estado. In: DOURADO, L, F (Org.). **Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. São Paulo: Mercado das Letras, 2017. p. 9-24. (As dimensões da formação humana).

GLAT, R. Políticas de inclusão e diversidade: avanços e recuos. In: VASCONCELOS, M. C., NAJJAR, J. (orgs) **A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018. p. 187-196.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 5 ed, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 19 ed. 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, Conselho Superior, **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Pouso Alegre, 2019. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/pdi/diagramacao-pdi-web.pdf>

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

MACEDO, E.; LOPES, A. C. O pensamento curricular no Brasil. In: MACEDO, E.; LOPES, A. C. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2 ed. 2005. p. 13-54.

OLIVEIRA, J. F. de. LDB e PNE (2014-2024) e a construção do sistema nacional de educação: avanços, tensões e perspectivas. IN: VASCONCELOS, M. C.; NAJJAR, J. (orgs) **A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018. p. 31-45.

PARO, V. H. **Crítica da estrutura da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In OLIVEIRA, D. A. (org). **Gestão Democrática da Educação**. Petrópolis: Vozes. 2015. p. 264-283.

VALENTE, J. A. **Blended learning e as mudanças no ensino superior**: a proposta da sala invertida. Educar em Revista, Curitiba, Unesp. 4, p. 79-97, 2014.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

ZAN, D.; SANTOS, D. Ensino médio e educação profissional: o marco das criações dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: LINO, L. et al (org). **Política educacional e dilemas do ensino em tempo de crise**: juventude, currículo, reformas do ensino e formação de professores. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018. p. 153-185.